

*O Estado de São Paulo*  
*Quinta-feira, 4 de fevereiro de 2000*

## O rabo não abana o cachorro

### CRISE CAMBIAL PERTURBA A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

*Marcelo de Paiva Abreu\**

Um analista que se detivesse no exame da diplomacia comercial brasileira imediatamente antes do fatídico início de janeiro teria razões de sobra para uma conclusão favorável. No terreno multilateral, a ênfase da agenda positiva era na prioridade da liberalização agrícola em uma eventual nova rodada de negociações. Por outro lado, vários dos temas considerados importantes por países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, tais como meio ambiente e direitos trabalhistas, eram considerados perigosos pelo governo brasileiro. Conhecidas as características da economia política da proteção é mais do que provável que padrões relacionados a estas temas sirvam de pretexto para a criação de barreiras às exportações dos países em desenvolvimento.

Quanto à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a diplomacia brasileira havia registrado substancial sucesso ao resistir à insistência dos EUA na colheita de resultados concretos imediatos, a despeito do entendimento inicial de que as negociações poderiam estender-se até 2005. Esta política brasileira foi auxiliada pelas divisões nos EUA que levaram à impossibilidade de aprovação, pelo Congresso, da delegação ao Executivo conhecida como *fast track*.

No Mercosul, dificuldades tópicas foram enfrentadas nas relações com a Argentina, especialmente no caso de setores dependentes de proteção. Mas, uma vez negociada a tarifa externa comum e sua trajetória até 2006, a preocupação central era quanto à inclusão de outros temas, tais como serviços, nas negociações. Isto permitiria que o Mercosul fosse corretamente descrito como mercado comum, e não apenas uma união aduaneira.

A significativa desvalorização cambial que ocorreu desde o início de janeiro diminui a pressão exercida pelos setores menos competitivos da economia, expostos à concorrência das importações. Mas, a vulnerabilidade externa e a consequente dependência financeira, direta ou indireta, em relação aos países desenvolvidos, e em particular os EUA, tendem a minar a capacidade negociadora comercial do Brasil. Na agenda multilateral, há o risco de a vulnerabilidade financeira, tal como ocorreu no final dos anos setenta e início dos oitenta, resultar no enfraquecimento da capacidade de resistência às iniciativas dos EUA, em especial quanto à inclusão de novos temas. Onde se lia serviços na Declaração Ministerial do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) de 1982, há o risco de ser lido meio ambiente e normas trabalhistas na eventual Rodada do Milênio da OMC.

No contexto da ALCA, o desgaste do poder de barganha decorrente da instabilidade macroeconômica poderá ter consequências desfavoráveis ainda mais acentuadas, pois

nesta negociação a influência dos EUA não é atenuada por suas eventuais diferenças com outros grandes protagonistas, em especial a União Européia. As dificuldades poderão ser, entretanto, minoradas pela resistência do Congresso dos EUA à concessão do *fast track*, mesmo depois de o Presidente Clinton haver reiterado o compromisso do governo dos EUA com um novo pedido para negociações na OMC e na ALCA.

É no quadro do Mercosul, entretanto, que já surgiram ou deverão surgir as maiores dificuldades quanto ao impacto da crise cambial brasileira. A desvalorização do real provocará um aumento da competitividade das exportações brasileiras e uma diminuição da penetração das importações no mercado brasileiro. Este efeito sobre a maioria dos outros países é trivial pois, em geral, o comércio com o Brasil é uma proporção modesta de seu comércio total. Mas este não é o caso no Mercosul, pois não apenas a participação brasileira no comércio total de importação e exportação é substancial, como o saldo comercial com Argentina e Uruguai é desfavorável ao Brasil. A desvalorização brasileira provocaria, na ausência de políticas compensatórias, graves dificuldades para os nossos parceiros no Mercosul.

É natural que haja enorme preocupação, especialmente na Argentina, quanto às consequências da desvalorização cambial brasileira. De fato, um importante elemento que permitiu a sobrevivência da estabilização argentina em meio às muitas tormentas que enfrentou desde o começo dos anos noventa foi a possibilidade de contar com um deficit comercial importante do Brasil em suas contas bilaterais. Isto explica porque na Argentina foi diversas vezes ventilada a idéia de que faria sentido uma moeda comum no âmbito do Mercosul, ou pelo menos um compromisso explícito de que a paridade peso-real seria mantida dentro de limites bastante estreitos. Nestas ocasiões primava pela ausência uma avaliação realista do interesse brasileiro em submeter a sua política cambial às restrições da política cambial do parceiro de menor tamanho.

A crise no Brasil suscitou, mais uma vez, manifestações açodadas e irrealistas das mais altas autoridades argentinas. Desta vez quanto à desejada convergência de regimes cambiais e à possível moratória da dívida interna. O governo brasileiro tem considerado indesejável a adoção de um *currency board* por razões econômicas e políticas. Não deseja afetar sua abalada credibilidade com experimentos adicionais que requereriam uma derrama sobre os agentes econômicos. Seria também difícil que prosperasse, no Brasil, a idéia do abandono parcial de soberania, como está implícito na adoção do dólar como padrão monetário. E a volatilidade brasileira quanto às relações externas é historicamente menor do que a argentina. No período pós-1930 não houve nada semelhante seja à anglofilia do “gobierno de las vacas” na década de trinta, seja à anglofobia do velho peronismo ou da junta militar em 1982. Também, não há precedente, no Brasil, de que qualquer político tenha considerado promissora a plataforma de manter relações carnavais com os EUA.

É importante que se preserve o Mercosul. Para isto é fundamental que sejam encontradas soluções equilibradas que atendam os interesses de todos os seus integrantes. As medidas corretivas devem incluir a redução dos desestímulos às exportações de nossos parceiros e dos incentivos às exportações brasileiras dirigidas aos mercados do Mercosul. Mas a redução significativa dos deficits bilaterais brasileiros parece inevitável. A pretensão argentina de que o Brasil deve garantir-lhe

um saldo comercial favorável como colaboração permanente ao sucesso da estabilização argentina não parece realista. No limite poderiam ser consideradas medidas temporárias de proteção nos mercados dos parceiros do Brasil. Mas isto é a própria negação do que se entende como zona de livre comércio. Também é difícil imaginar que soluções via coordenação macroeconômica do tipo heróico possam prosperar no médio prazo. Para usar uma expressão predileta do Ministro Malan, bastante atual em vários contextos: “o rabo não abana o cachorro” (“*the tail does not wag the dog*”). Subitamente, a agenda da diplomacia comercial brasileira ficou ainda mais sobrecarregada.

-----  
\*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.